

Clipping CARF

Matérias de jornais, sites e blogs que mencionam o CARF

O Globo

Relator do processo das "Pedaladas"

O Globo - 26/11/2015

O ministro do TCU Augusto Nardes é uma pedra no sapato do governo Dilma Rousseff. Ele foi o relator do processo das "pedaladas fiscais" da presidente. As "pedaladas" consistem na utilização de bancos públicos para pagar despesas do governo, como as de benefícios em programas sociais ou subsídios em financiamentos à indústria e à construção de moradias. No entender do TCU, ao retardar o ressarcimento a esses bancos, o governo, na prática, realiza operações de crédito, o que é vedado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Em outubro, durante investigação da Operação Zelotes, da Polícia Federal, ex-funcionários do escritório de advocacia de José Ricardo da Silva, ex-conselheiro do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), disseram ter entregado envelopes de dinheiro ao advogado Juliano Nardes, que é sobrinho de Augusto Nardes. Em entrevistas, o ministro do TCU negou qualquer envolvimento no caso. Admitiu ter sido acionista de empresa citada nas investigações, mas afirmou que não tinha cargos e que abandonou a firma antes de se tornar ministro.

G1

Relatório final da CPI do Carf sugere indiciar 28 pessoas e isenta políticos

26/11/2015

Para relatora, há indícios de sonegação fiscal, corrupção e lavagem. Parecer foi apresentado nesta quinta e será votado na próxima semana.

A relatora da CPI do Carf, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), apresentou nesta quinta-feira (26) relatório final no qual pede o indiciamento de 28 pessoas, entre assessores, representantes de empresas, servidores públicos e lobistas. A relatora isentou políticos no parecer.

A CPI foi criada para investigar suposta manipulação em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) para favorecer empresas investigadas por supostos crimes contra a Receita Federal. O esquema pode ter resultado em prejuízo de R\$ 19 bilhões à Receita.

Após a leitura do relatório, foi concedido pedido de vista, que é mais tempo para analisar o texto. A votação do parecer final está marcada para a próxima quinta, 3 de dezembro.

No relatório, a senadora conclui que houve crimes como sonegação fiscal, corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro e associação criminosa. Ela afirma, no parecer, que cabe à Polícia e ao Ministério Público aprofundar as investigações da Operação Zelotes.

Entre os pedidos de indiciamento estão o do lobista Mauro Marcondes, advogado e sócio da empresa Mauro Marcondes e José Ricardo, ex-vice-presidente do **Carf**.

Vanessa Grazziotin afirmou na sessão desta quinta que relatórios da PF apontam a existência de indícios de irregularidades no julgamento de mais de 70 processos envolvendo dívidas de bancos, montadoras de automóveis e siderúrgicas.

Durante a leitura do relatório, a relatora apontou o caso Mitsubishi Motors Company como o mais representativo das fraudes. A empresa teria sido favorecida em julgamento que fez despençar a dívida com o Fisco de R\$ 266 milhões para R\$ 960 mil.

Além de pedir o indiciamento de 28 pessoas, o relatório também recomenda mudanças na legislação para aperfeiçoar o funcionamento do **Carf** e evitar que se repitam casos de corrupção no órgão. Uma das propostas da senadora é determinar a escolha de conselheiros por concurso.

Blog do Luis Nassif

Quando parecia uma pausa, novas bombas na política

26/11/2015

Quando se pensava que haveria uma trégua política da Lava Jato, surge o inesperado: as denúncias que levaram à cadeia o senador Delcídio Amaral e o banqueiro André Esteves.

A prisão não decorreu diretamente da Lava Jato. Delcídio tentou convencer Nestor Cerveró a desistir da delação premiada. Prometeu interceder para libertar Cerveró e providenciar sua fuga para a Espanha. O filho de Cerveró, Bernardo, acertou com a Procuradoria Geral da República entregar Delcídio em troca de aliviar a prisão do pai.

O grampo resultou em um inquérito novo, da Polícia Federal de Brasília, sem a intervenção do juiz Sérgio Moro.

Todo o envolvimento de Delcídio visava abafar as investigações sobre os negócios do BTG com a **Petrobras** na África. De posse do grampo, o Procurador Geral Rodrigo Janot encaminhou pedido ao STF (Supremo Tribunal Federal) para deter Delcídio. Ontem de manhã o STF autorizou a prisão e, no final do dia, o Senado convalidou a prisão.

Há um conjunto amplo de desdobramentos nesse episódio.

O primeiro é o fato de Delcídio ser o líder do governo no Senado, e parlamentar com amplo trânsito em todos os partidos.

O segundo é que a degravação dos grampos joga um foco de luz em um personagem misterioso: Gregorio Preciado, o espanhol casado com uma prima do Senador José Serra e seu parceiro histórico

Segundo as conversas entre Delcídio, Bernardo e seu advogado, Preciado era sócio e o verdadeiro operador por trás de Fernando Baiano, o lobista do PMDB na **Petrobras**.

Delcídio conta que, assim que o nome de Preciado foi mencionado, dias atrás, Serra passou a rodeá-lo visando buscar informações.

Velho operador da **Petrobras**, em um dos trechos Delcídio revela que quem abriu a **Petrobras** para Preciado foi Paulo Roberto Costa, atendendo a ordens "de cima". Na época, o governo ainda era de Fernando Henrique Cardoso e Serra Ministro influente.

Pelas tendências reveladas até agora, dificilmente Sérgio Moro e a Lava Jato abririam investigação sobre Preciado. Pode ser que as novas investigações, feitas a partir de Brasília, revelem maior independência.

Obviamente, em nada ameniza a situação do PT, do governo e do próprio Congresso.

Para prender Delcídio, o PGR e o STF valeram-se de uma certa esperteza jurídica: incluíram nas investigações um assessor de Delcídio, meramente para compor o número 4, mínimo para caracterizar uma organização criminosa.

Com a prisão de Delcídio, abre-se caminho para avançar sobre outros políticos. O STF assume um protagonismo, em relação direta com as bazófilas de Delcídio nas gravações, arrotando suposta influência sobre Ministros do Supremo.

Outro ponto de turbulência é a prisão de André Esteves.

Particularmente não tenho a menor simpatia por Esteves. Esteve envolvido com os rolos do **CARF** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), calou a imprensa com subornos milionários, não tem limites. Quando passei a denunciar as jogadas com o **CARF**, ele conseguiu me calar na Folha.

Mas, por outro lado, o Pactual assumiu um papel central em vários projetos relevantes para a retomada do crescimento.

Aliás, será curioso conferir nos jornais de hoje o tratamento dado à prisão de André Esteves. Certamente será bastante poupado, se não por gratidão, ao menos por receio.

Agência Senado

Relatório final da CPI do **Carf** pede indiciamento de 28 pessoas

26/11/2015

O relatório final da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**), pede o indiciamento de 28 pessoas, por crimes como

sonegação fiscal e corrupção ativa. Mas este número pode aumentar. Até terça-feira (1º) senadores podem sugerir a inclusão de outros nomes.

Após a leitura do relatório nesta quinta-feira (26), foi concedido pedido de vista, que é mais tempo para analisar o texto. O documento, que será votado na próxima quinta-feira (3), também recomenda mudanças na legislação para aperfeiçoar o funcionamento do **Carf** e evitar que se repitam casos de corrupção no órgão.

O relatório, elaborado pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), é baseado em quebras de sigilo feitas pela CPI, além do material compartilhado pela Operação Zelotes e aponta a existência de indícios de irregularidades no julgamento de mais de 70 processos envolvendo dívidas de bancos, montadoras de automóveis e siderúrgicas. De acordo com a relatora, julgamentos teriam sido manipulados para favorecer empresas. O esquema pode ter resultado em prejuízo de R\$ 19 bilhões à Receita.

- Ganhava a empresa corruptora, que via os débitos tributários serem reduzidos a pó. Ganhavam os conselheiros corruptos, que aumentavam seu patrimônio. E ganhavam também os intermediários, cujas empresas de "consultoria" gerenciavam somas vultosas. Só quem perdia era a população brasileira: bilhões de reais que deveriam ser pagos a título de tributos, e que poderiam inclusive equilibrar as contas públicas nunca sequer foram recolhidos - apontou a relatora.

Os pedidos de indiciamento incluem pessoas que já são alvo da Operação Zelotes, da Polícia Federal, como Paulo Ferraz, ex-presidente da Mitsubishi Brasil. A relatora, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) aponta o caso Mitsubishi como o mais representativo das fraudes. A empresa teria sido favorecida em julgamento que fez despencar a dívida com o Fisco - de R\$ 266 milhões para R\$ 960 mil.

"A Mitsubishi Motors Corporation (MMC) ter-se-ia favorecido do tráfico de influência exercido pelas empresas de consultoria e advocacia que, comumente, eram contratadas pelos devedores. Esses escritórios são compostos, em regra, por conselheiros do **Carf** ou por lobistas com forte influência dentro do Conselho", aponta a relatora no documento.

Entre os pedidos de indiciamento está ainda o nome de Mauro Marcondes Machado, que atuaria como intermediário entre a Mitsubishi e o grupo comandado por José Ricardo, ex-vice-presidente do **Carf**.

A relatora também pede o indiciamento de Juliano Nardes, sobrinho do ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes, por suspeita de recebimento de recursos de propina pagos por empresas investigadas no esquema.

O presidente da CPI do **Carf**, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), disse que as investigações no colegiado não avançaram tanto quanto gostaria. O trabalho da comissão - iniciado em maio - ficou prejudicado pela falta de colaboração dos convocados, disse ele. Muitos apresentaram habeas corpus para permanecerem em silêncio diante dos senadores. A falta de tempo também atrapalhou, apontou Ataídes. Em seis meses, apenas o representante de uma das dezenas de empresas suspeitas de pagar propina em troca de anulação de suas multas no **Carf** foi ouvido.

Para Ataídes, o principal legado do trabalho da CPI, que se encerra com a votação do relatório final, é sugerir mudanças na legislação. Uma das propostas (PEC 112/2015) é determinar a escolha de conselheiros por concurso. O senador avalia que a medida vai ajudar a evitar as compras de resultado de julgamentos no órgão.

- O **Carf** era uma porteira aberta para a corrupção - disse o presidente da CPI.

O documento recomenda também que a Comissão de Juristas da Desburocratização atualize o Código Tributário Nacional e o Código de Processo Administrativo Tributário. Pede ainda que o Poder Executivo promova alterações na composição e nas atribuições do **Carf**.

- Existem muitas interrogações sobre o futuro do **Carf**. Caberá à Polícia Federal e ao Ministério Público aprofundar as investigações e dar prosseguimento aos detalhes descobertos ao longo da CPI, especialmente por intermédio de quebras de sigilo bancário e fiscal e da colheita de depoimentos que ajudaram a entender melhor o funcionamento das quadrilhas que assaltaram o **CARF** - apontou Vanessa.

Estadão On Line

Relatora culpa oposição por CPI do **Carf** não investigar compra de MPs

26/11/2015

Vanessa Grazziotin afirmou que caso das MPs tem certa relação com o escopo da comissão; para ela, faltou interesse de opositores em apresentar adendo para que o tema fosse incluído nos trabalhos do colegiado

BRASÍLIA - Relatora da CPI do **Carf** no Senado, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) culpou nesta quinta-feira, 26, a oposição pela não inclusão do caso da compra de Medidas Provisórias (MPs) para beneficiar o setor automotivo nas investigações do colegiado. Em entrevista após sessão em que apresentou seu relatório preliminar, ela reconheceu que o caso das MPs tem certa relação com o escopo da CPI e afirmou que faltou interesse de opositores em apresentar adendo para que o tema fosse incluído nos trabalhos do colegiado.

Há certa relação, mas teria de haver um adendo para ser investigado pela CPI. Se tivesse havido interesse da oposição, eles teriam colhido assinaturas para o adendo, disse a relatora, destacando que o requerimento para a criação da CPI aprovado previa apenas a investigação dos casos específicos do **Carf**. De acordo com o Regimento Interno do Senado Federal, são necessárias pelo menos 27 assinaturas para que o adendo fosse aceito, o mesmo número de apoiantes necessários para abertura da CPI na Casa.

Indiciamentos. Em seu relatório preliminar, a senadora pediu à Polícia Federal o indiciamento de pelo menos 28 pessoas, entre ex-conselheiros do órgão, representantes de empresas, servidores públicos, assessores e lobistas, mas poupou políticos e envolvidos no caso da compra de MPs. O único indiciado foi o lobista Mauro Marcondes, mas por fraudes junto ao **Carf** e não pela questão das MPs. Na entrevista, Vanessa Grazziotin afirmou que o número de indiciamentos poderá aumentar até a próxima quinta-feira, 3, quando está prevista a votação do relatório.

O presidente da CPI do **Carf**, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), afirmou que vai pedir ao senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), suplente do colegiado, que apresente na próxima semana um relatório paralelo ao da senadora Vanessa Grazziotin, pedindo o indiciamento de pessoas envolvidas na compra de Medidas Provisórias (MPs) em 2009 e 2010 para beneficiar montadoras da região Norte e Nordeste do Brasil

Consultor Jurídico

Carf deve ser formado só por auditores fiscais, diz relatório de CPI

26/11/2015

O relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga fraude nos julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) sugere o fim da paridade em sua composição e defende que o colegiado seja integrado apenas por auditores fiscais, com mandato fixo, com possibilidade de recondução.

Conforme o documento, apresentado nesta quinta-feira (26/11) pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), verificou-se que um dos problemas "estruturantes" para o "mau funcionamento" da instância administrativa para resolução de conflitos entre contribuintes e o governo sobre cobrança de impostos é a composição paritária.

"Mesmo com os colegiados compostos igualmente por conselheiros escolhidos pela Fazenda e pelos contribuintes, essa estrutura na verdade terminava por beneficiar o contribuinte, ainda que não haja corrupção". A CPI foi criada para apurar denúncias de compras e manipulações de decisões no Carf, órgão ligado ao Ministério da Fazenda, descobertas na operação zelotes, da Polícia Federal.

O documento diz que é difícil evitar o conflito de interesses dos conselheiros representantes dos contribuintes que atuam no colegiado, mas por indicação das entidades representativas dos setores empresariais.

Segundo o relatório, não se pode comparar a postura comprometida "no mau sentido" dos conselheiros dos contribuintes com a postura dos auditores na função de julgar. "Os conselheiros dos contribuintes têm mandato e, se não acompanharem os interesses dos seus patrocinadores, podem não ter o mandato renovado".

Os conselheiros da Fazenda, por outro lado, têm a garantia da estabilidade no seu cargo de origem, o que daria independência no exercício das atribuições de julgamento. A senadora disse que o relatório está aberto a mudanças. Os senadores da CPI poderão propor alterações até a próxima quarta-feira, véspera da votação do documento e encerramento dos trabalhos da comissão.

O relatório pede o indiciamento de 28 pessoas, por crimes como sonegação fiscal e corrupção ativa, entre outros. Relatórios da PF apontam a existência de indícios de irregularidades no julgamento de mais de 70 processos envolvendo dívidas de bancos, montadoras de automóveis e siderúrgicas, disse a senadora.

O documento apresenta resumo dos principais casos, com transcrição de trechos de conversas telefônicas que comprovariam as negociações e de vendas de serviços por conselheiros do Carf.

O documento defende ainda que o Carf seja reservado às decisões sobre uniformização de jurisprudência em matéria tributária, e não debata mais questões fáticas ou de pequena relevância. Para isso, fala-se em extinção de recursos das Delegacias de Julgamento (DRJ), um órgão colegiado de primeira instância da Receita Federal, ao Carf.

"O Carf passaria a ser não um mero órgão revisional das decisões tomadas pelas DRJs, mas uma verdadeira instância de unificação de jurisprudência e de entendimentos no âmbito do contencioso tributário", diz o relatório.

Folha - On Line

Relatório final de CPI diz que não podia investigar filho de Lula

26/11/2015

Na proposta de relatório final da CPI do **Carf** -investigação sobre irregularidades no conselho do Ministério da Fazenda que julga recursos contra multas da Receita-, a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que a comissão não podia investigar Luís Cláudio, filho do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque fugiria de seu objeto.

A justificativa é dada em um dos capítulos do relatório, apresentado nesta quinta-feira (26) aos senadores, no qual Grazziotin explica por que foram rejeitados os requerimentos do presidente da CPI, deputado Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que pediam a convocação de Luís Cláudio, de Lula, do ex-ministro Gilberto Carvalho e da ex-ministra Erenice Guerra.

Nas investigações da Operação Zelotes, foram encontrados pagamentos do lobista Mauro Marcondes, acusado de atuar no esquema de venda de sentenças no **Carf** (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), para uma empresa de Luís Cláudio. Por isso, a Polícia Federal e o Ministério Público passaram a investigar o filho de Lula .

Todos os requerimentos foram rejeitados, por unanimidade, pelo plenário da comissão, pois a CPI considerou que os fatos noticiados pela imprensa -e não comprovados com qualquer indício- não diziam respeito ao objeto das investigações, uma vez que não possuíam ligação com os julgamentos no âmbito do **Carf** , escreveu a senadora.

Dominada pela base aliada do governo Dilma Rousseff, a CPI blindou esses requerimentos contra pessoas próximas a Lula e não permitiu a aprovação.

O relatório final só deve ser votado na próxima semana. Ela deu um prazo para que os demais integrantes da comissão façam sugestões e críticas.

A sessão de apresentação do documento estava esvaziada. Quando ela começou a leitura, só quatro senadores haviam registrado presença, incluindo ela e o presidente da CPI.

No relatório, Vanessa propõe pedir o indiciamento do lobista Mauro Marcondes por sua relação com o esquema no **Carf**, mas sem citar o filho de Lula.

Há ainda outros nomes apontados para serem alvo de pedido de indiciamento, que já apareceram nas investigações da Zelotes, como do ex-conselheiro do **Carf** José Ricardo da Silva e do lobista Alexandre Paes dos Santos.

Na prática, esses pedidos devem ter pouco efeito, porque esses personagens já são investigados pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal, órgãos aos quais caberia dar prosseguimento aos pedidos de indiciamento da CPI.

SUGESTÕES

O fim do relatório faz propostas para melhorar o funcionamento do conselho e evitar casos de corrupção. Um deles é que seja eminentemente técnico , formado por servidores públicos e que seja integrado apenas por auditores fiscais com mandato fixo.

Também propõe mudanças na atribuição do órgão, para funcionar apenas como destinado a uniformização de jurisprudência em matéria tributária , sem debater questões pontuais de pequena relevância .

Por meio desse esquema, como se demonstrou, todos ganhavam. Ganhava a empresa corruptora, que via os débitos tributários serem reduzidos a pó (...). Ganhavam os conselheiros corruptos, que aumentavam seu patrimônio com recursos que, na verdade, deveriam ser destinados aos cofres públicos. E ganhavam também os intermediários, cujas empresas de consultoria gerenciavam somas vultosas. Só quem perdia era o erário, ou seja, a população brasileira , conclui o relatório